



Paula Cristina Morais Guedes

**Município de Santa Marta de Penaguião
Assembleia Municipal**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO SALÃO NOBRE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA
MARTA DE PENAGUIÃO, NO DIA 22 DE JUNHO DE 2018
N.º 04/2018**

MESA DA ASSEMBLEIA: -----

----- Presidente - José Alberto Moreira Araújo, 1.º Secretário – Paula Cristina Morais Guedes
Borges, 2.º Secretário – António Júlio Alves Fernandes. -----

PRESENÇAS: -----

----- Deputados Municipais Eleitos pelo PS: -----

----- José Emílio Esteves da Silva, José Fernando Fraga Granja, Ângelo Armindo Barreira
Sequeira, Cesário Pinto Canário, Jorge Manuel Madureira da Silva Sampaio, Inês Nogueira
Rebello, Manuel António Esteves Rebello, Ricardo Jorge dos Santos Liberato, António Paulo
Monteiro Pinto Conceição, António Júlio da Costa Almeida, Fernando Borges Moreira, Gil
Carlos Lourenço Teixeira. -----

----- Deputados Municipais Eleitos pela Lista “Fazer Mais Pela Nossa Terra”: -----

----- Fernando José Mourão Gonçalves. -----

----- Deputados Municipais Eleitos pela Lista “Por Medrões Sempre”: -----

----- José Paulo Barreira da Mota. -----

----- Deputados Municipais Eleitos pelo PPD/PSD: -----

----- Rui Manuel Gouveia Monteiro, Eugénio da Conceição Borges Rocha, Maria Manuel Aires
Nogueira, Jóni André Borges Madureira. -----

----- Deputada Municipal Eleita pelo CDS/PP: -----

----- Ana Paula Borges Gouveia. -----



AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Rosa Martins Cardoso, Paulo Sérgio de Sousa Prior, Ivete Nogueira Moreiras, João dos Santos Silva. -----

AUSÊNCIAS INJUSTIFICADAS: Não houve. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL: Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara, Sílvia da Fonseca Silva, Urbano Salgueiro Vidal e Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereadores e António Augusto Amaral Sequeira, Chefe da Divisão Administrativa Financeira e de Recursos Humanos. -----

SECRETARIOU: Maria da Piedade Ribeiro Moreira, Coordenadora Técnica da Secção de Recursos Humanos, Expediente Geral e Arquivo. -----

HORA DE ABERTURA: 18:00 HORAS. -----

----- **ATA DA REUNÃO ANTERIOR:** Aprovada, por unanimidade, em minuta no final da respetiva reunião.-----

----- **1 – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

----- **1.1 -** Apreciação e votação da Ata da sessão anterior. -----

----- **1.2 -** Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos. --

----- **1.3 -** Assuntos de interesse para o Município. -----

----- **2 – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

----- **2.1 -** Apreciar uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); -----

----- **2.2 –** Deliberar sobre a proposta da 3.ª revisão do Plano Plurianual de Investimentos - 2018 (alínea a), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 15 de maio de 2018); -----

----- **2.3 -** Deliberar sobre a autorização prévia para a realização de investimentos, a financiar pela contratação de empréstimos a médio e longo prazos, no montante de 1.324.000,00€, (n.º2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 15 de maio de 2018); -----



----- **2.4** - Deliberar sobre a proposta de Regulamento do Campo de Férias do Município de Santa Marta de Penaguião (alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei 75/2013 de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 06 de junho de 2018); -----

----- **2.5** - Deliberar sobre a proposta do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Santa Marta de Penaguião (alínea h) do artigo 25.º do anexo I à Lei 75/2013 de 12 de setembro e n.º 10 do artigo 4.º do Despacho n.º 443-A/2018, de 19 de janeiro de 2018 – Deliberação da Câmara Municipal de 06 de junho de 2018); -----

----- **2.6** - Deliberar sobre o Interesse Municipal do Empreendimento Turístico em Espaço Rural, Agroturismo – Quinta do Salgueiral – (alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 06 de junho de 2018); --

----- **2.7** - Deliberar sobre a Isenção de Taxas Administrativas do Empreendimento Turístico em Espaço Rural, Agroturismo – Quinta do Salgueiral – (artigo 27.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de junho de 2018); --

----- **2.8** - Deliberar sobre a Prestação de Contas Consolidadas e Relatório de Gestão – 2017 - (n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de Junho de 2018); -----

----- **2.9** – Deliberar sobre a contratação de empréstimo a médio e longo prazos – 499.000,00€ (Financiamento da Contrapartida Nacional de Projetos com Participação de Fundos Europeus) – (alínea f), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como a autorização prévia da assunção do compromisso plurianual, associado ao contrato do referido empréstimo, nos termos do disposto no artigo 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de junho de 2018); -----

----- **2.10** – Deliberar sobre a contratação de empréstimos a médio e longo prazo destinado ao financiamento de projetos de investimento – 825.000,00€ (alínea f), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de junho de 2018); -----

----- **2.11** – Deliberar sobre formas de apoio às Freguesias (alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de junho de 2018); -----

----- **2.12** – Deliberar sobre o apoio pontual à Freguesia de Sever (alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de junho de 2018); -----

----- **2.13** – Deliberar sobre a Gestão e Exploração Integrada dos Sistemas Municipais de Abastecimento Público de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas – Constituição de Empresa Local, Águas do Interior – Norte, E.I.M, S.A (Decreto-Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto) – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de junho de 2018); -----

----- **2.14** – Deliberar sobre o Interesse Municipal do Projeto “Sinalização, marcação e divulgação dos trilhos de Santa Marta” (alínea k) do n.º 2 do artigo 25 do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de junho de 2018); -----

----- **2.15** – Composição da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – Designação de dois representantes das Freguesias (alínea b) n.º 1 do artigo 3.º-D da Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de junho de 2018);

----- **2.16** – Comissão Municipal de Proteção Civil – Designação de um representante das Freguesias, (alínea i), do artigo 41.º da Lei n.º 80/2015 de 3 de agosto da Lei de Bases da Proteção Civil); -----



----- **3 – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”** -----

----- **ABERTURA DA SESSÃO** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu início à Sessão Ordinária do dia 22 de junho, cumprimentou os Senhores Membros da Assembleia, o Executivo Municipal, e o público presente. -----

----- Seguidamente foi feito o registo das presenças. Foram aceites as justificações das faltas da Senhora Deputada, Rosa Martins Cardoso substituída pelo Senhor Deputado Ângelo Armindo Barreira Sequeira (PS). O Senhor Deputado, Paulo Sérgio de Sousa Prior, substituído pelo Senhor Deputado Rui Manuel Gouveia Monteiro, e a Senhora Deputada Ivete Nogueira Moreiras substituída pela Senhora Deputada Maria Manuel Aires Nogueira (PPD/PSD). -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Alvações do Corgo, João dos Santos Silva (PS), fez-se representar pelo Senhor Ricardo Jorge dos Santos Liberato. -----

----- Após a verificação da existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. -----

----- Antes de passar para o ponto seguinte, o Senhor Presidente da Assembleia solicitou a colaboração de todos para gerir em tempo útil a discussão dos pontos da ordem de trabalho, tendo em conta a quantidade de pontos em discussão. -----

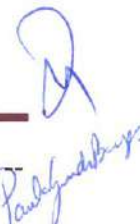
----- **1 – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”** -----

----- **1.1 – Apreciação e votação da Ata da Sessão anterior.** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia solicitou a concordância do Plenário para dispensa da leitura da Ata da Sessão realizada no dia vinte e sete de abril de dois mil e dezoito, uma vez que a mesma foi distribuída com antecedência a todos os membros. -----

----- Seguidamente, a referida Ata foi colocada à discussão, não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu a mesma a votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovada, por unanimidade.** -----



----- 1.2 – Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento aos Senhores Deputados Municipais da correspondência recebida e remetida aos mesmos, por correio eletrónico. -----

----- 1.3 – Assuntos de interesse para o Município. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de inscrição para intervenção dos Senhores Membros da Assembleia Municipal: -----

----- 1 – Solicitou a palavra o Senhor Deputado Jóni Madureira para solicitar esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve: -----

----- “Pedido de Esclarecimento. -----

----- *Numa sessão onde vão ser abordados vários investimentos no Concelho, importa não esquecer a preservação e a manutenção das infraestruturas no Município.* -----

----- *Venho por este meio solicitar ao Senhor Presidente da Câmara o seguinte esclarecimento:* -----

----- *Quais as causas do encerramento das piscinas municipais interiores?* -----

----- *Qual o montante para solucionar os problemas?* -----

----- *Qual a data prevista de abertura para a dita infraestrutura?”* -----

----- 2 - Solicitou a palavra o Senhor Deputado José Emílio Esteves da Silva, que após cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa e os demais elementos, o Senhor Presidente da Câmara, a Senhora Vice-Presidente, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados e público em geral, salientou o excelente trabalho realizado pelo Município na promoção da marca “Santa Marta”, a aposta no turismo com a realização da quarta edição da “Rampa de Santa Marta” e do “Grande Prémio de Portugal Nacional 2”, que será realizado entre os dias 18 e 22 de julho. -----

----- Mencionou o grande êxito da realização da quarta edição da “Rampa de Santa Marta” que contou com a participação de uma concorrente especial, Gabriela Correia de apenas dezasseis anos, que teve a amabilidade de visitar e interagir com a comunidade educativa da

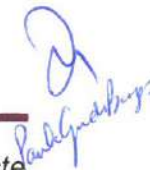


EB 2,3 de Santa Marta de Penaguião, congratulando-se também com a participação de um concorrente do Concelho de Santa Marta de Penaguião, Rui Fonseca natural da Freguesia da Cumieira, e destacou o aumento de participantes na “Rampa de Santa Marta”, potenciando a procura de alojamento e a criação de oportunidades de negócio para os produtores de vinho, reafirmou o esforço que a Autarquia tem realizado na promoção da marca Santa Marta como um polo turístico do Douro através das suas paisagens, da sua gastronomia e dos seus vinhos, com programação na “SporTV” e “RTP Açores”. -----

----- Quanto ao “Grande Prémio de Portugal Nacional 2” que se realizará no mês de julho, afirmou que este evento de carácter internacional prova de 2.ª categoria, vem no seguimento do projeto da “Rota da Estrada Nacional n.º 2”, pretendendo uma vez mais promover o turismo no Concelho de Santa Marta de Penaguião e que contará com a presença de equipas nacionais e estrangeiras, mais informou que a Federação Portuguesa de Ciclismo prometeu tudo fazer para que em breve esta prova seja elevada à 1.ª categoria, prevendo por isso uma alteração na data, para um período mais disponível da União de Ciclistas Internacionais, sendo transmitida em direto pela “TVI 24”. -----

----- O Senhor Deputado terminou a sua intervenção referindo a importância da comunicação social aliada à singularidade do traçado da “Estrada Nacional n.º 2”, como fator de Promoção e de atração turística, sendo esta a única estrada nacional que atravessa todo o país, e que em breve o trabalho desenvolvido pelo Senhor Presidente da Câmara e sua equipa serão devidamente reconhecidos. -----

----- 3 - Solicitou a palavra o Senhor Deputado Eugénio Rocha, que iniciou a sua intervenção por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e respetivos membros, o Senhor Presidente Câmara Municipal, a Senhora Vice-Presidente, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados, Presidentes das Juntas de Freguesia, Funcionários Municipais e restante público presente, proferindo as seguintes palavras: -----



----- “É nosso propósito manifestar o devido apreço pela realização de mais um evento neste Concelho “A Rampa de Santa Marta”, fazendo votos para que outros mais possam vir a ter lugar com a mesma intensidade. -----

----- Isto para podermos concluir que, toda a envolvimento resultante destas atividades venham contribuir, com a maior afluência necessária dos demais visitantes, concorrentes e participantes, proporcionando um melhor e maior desenvolvimento na economia local. -----

----- Um bem-haja.” -----

----- 4 – O Senhor Presidente da Assembleia aproveitou o momento para tecer algumas palavras de agradecimento e reconhecimento, a todos que tornaram possível a maravilhosa festa de encerramento das atividades letivas do pré-escolar e do primeiro ciclo que decorreu no Fórum Municipal, um reconhecimento a todas as crianças que participaram, a todos os docentes que trabalharam com as crianças ao longo do ano, aos funcionários pelo excelente trabalho, aos pais enquanto encarregados de educação pela disponibilidade em criar as vestimentas que apresentaram e uma palavra muito especial aos docentes das atividades de enriquecimento curricular. -----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia e restante Mesa, os Senhores Membros da Assembleia, colegas do Executivo e público presente. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara congratulou-se pelo reconhecimento das forças políticas da importância de realizar eventos em Santa Marta de Penaguião, sendo esta a forma de afirmar o Concelho. -----

----- Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado da bancada do PPD/PSD, Jóni Madureira, confirmou existir um problema nas piscinas Municipais interiores, um problema com as caldeiras que já existe há dois ou três anos e que sistematicamente têm sido intervencionadas e geridas até ao limite. O Executivo Municipal tornou público na página oficial

Paulo Gomes

o seu encerramento, e convidou todos os utentes que foram prejudicados pelo encerramento para uma reunião explicativa das razões que levaram ao encerramento prematuro da piscina interior, oferecendo a possibilidade de usufruírem da piscina exterior. -----

----- Mais informou que atualmente é uma questão técnica, faltando as garantias que se pretendem por parte das empresas. Contudo, há um compromisso com os utentes que em setembro irão abrir. Quanto ao valor de intervenção ainda não é conhecido porque o processo de fornecimento ainda não está concluído. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrado o período de “Antes da Ordem do Dia”, passando ao período seguinte. -----

----- 2 – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”: -----

----- **2.1** – Informação do Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de debate e discussão, não havendo quaisquer pedidos, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, no sentido de complementar algumas informações facultadas. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara informou que já está em funcionamento a equipa de intervenção florestal, permanente que está sediada na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fontes, uma equipa de cinco elementos que vem complementar o esforço realizado na proteção das pessoas, dos seus bens e da floresta com horário de funcionamento idêntico aos da função pública, irão trabalhar no Concelho de Santa Marta de Penaguião podendo-se ausentar apenas com autorização prévia do Presidente da Câmara. -

----- Comunicou, ainda, a receção de um pedido da Direção Geral da Energia, relativamente à possibilidade de exploração de volfrâmio, estanho e outros minerais na Serra do Marão. No entanto, o Senhor Presidente da Câmara considera que esta oportunidade deverá ser

partilhada e analisada na globalidade por todos os Municípios do Marão e elaborar uma resposta conjunta. -----

----- Terminou referindo que o prazo médio de pagamento da Câmara Municipal em dois mil e dezassete foi de dezasseis dias e meio, doze dias no primeiro trimestre, onze dias no segundo trimestre, catorze dias no terceiro trimestre, e vinte e nove dias no último mês, devido ao volume de intervenções nas habitações degradadas, considerando que apesar de ter um dos Orçamentos mais baixos a nível nacional foi possível cumprir e continuar a ser um Município de confiança. -----

----- **Deliberação: Tomado Conhecimento.**-----

----- **2.2** – Deliberar sobre a proposta da 3.ª revisão do Plano Plurianual de Investimentos - 2018 (alínea a), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal de revisão do Plano Plurianual de Investimentos - 2018, com o seguinte teor: -----

----- *“O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, alterado pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, estabelece o regime dos documentos previsionais, designadamente quanto às regras relativas às modificações do Orçamento e do Plano Plurianual de Investimentos constantes nos pontos 8.3.1. e 8.3.2., respetivamente, as quais compreendem as figuras de alteração e revisão.* -----

----- *Considerando existir a necessidade de fazer a inscrição no Plano Plurianual de Investimentos dos seguintes projetos:* -----

----- *N.º 40/I/2018 - Douro do Frei João de Mansilha - Ligação de História;* -----

----- *N.º 41/I/2018 - Requalificação do Largo do Pelourinho - Santa Marta de Penaguião - Aquisição de imóvel.* -----

----- Considerando que as contrapartidas dos montantes dos investimentos referidos serão provenientes da diminuição de outros investimentos que nesta data se consideram em excesso; -----

----- Considerando que o princípio do equilíbrio orçamental previsto no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na sua atual redação, se mantém assegurado. -----

----- Propõe-se que de acordo com os pontos 8.3.1.5., 8.3.2.2 do POCAL: -----

----- 1 - A Câmara Municipal aprove nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a 3.ª Revisão do Plano Plurianual de Investimentos, documento que se anexa à presente proposta e da qual ficam a fazer parte integrante; -----

----- 2 – Que a mesma seja submetida, sob a forma de proposta, à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo da competência que lhe está conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da mencionada Lei.” -----

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 15 de maio de 2018. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais, solicitando a palavra o Senhor Deputado Jóni Madureira, proferindo as seguintes palavras: -----

----- “No que toca à requalificação do largo do pelourinho em Santa Marta de Penaguião, o Grupo Municipal do PPD/PSD, pretende obter mais detalhes sobre a execução deste projeto.

----- A aquisição do imóvel já foi concluída? -----

----- Em que consiste a requalificação e quais os objetivos?” -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que agradeceu a oportunidade ao Senhor Deputado Jóni Madureira de poder informar que irá ter o privilégio de constatar a mudança da Vila de Santa Marta de Penaguião ainda durante o seu mandato, requalificando o espaço do pelourinho numa praça onde se poderá realizar eventos sem ocupar a estrada nem privar as pessoas de utilizar as suas garagens, além disso será criado um anfiteatro que



ligará a Rua 1.º de Maio à Rua Velha, valorizando o pelourinho e dando mais segurança as crianças que usufruam daquele espaço. Relativamente às negociações com o proprietário do terreno, informou que terça-feira se irá reunir para discutir o negócio e que brevemente iniciará a intervenção, de acordo com o princípio da boa gestão dos dinheiros públicos. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, submeteu o assunto a votação. -----

----- **Deliberação: Aprovado, por unanimidade.**-----

----- **2.3** – Deliberar sobre a autorização prévia para a realização de investimentos, a financiar pela contratação de empréstimos a médio e longo prazos, no montante de 1.324.000,00€, (n.º2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro). -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal sobre a autorização prévia para a realização de investimentos, a financiar pela contratação de empréstimos a médio e longo prazos, com o seguinte teor: -----

----- *“A Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), determina no n.º 2 do artigo 51.º, que os investimentos a serem financiados por empréstimos de médio e longo prazos, para além de serem identificados no contrato de empréstimo, quando ultrapassem 10% das despesas de investimento previstas no Orçamento do exercício, são submetidos, independentemente da sua inclusão no Plano Plurianual de Investimentos, a discussão e autorização prévia da Assembleia Municipal.* -----

----- *Existindo a pretensão de contratar empréstimos de longo prazo (20 anos) no montante total de 1 324 000,00 €, para financiar um conjunto de investimentos identificados no mapa que se segue, alguns dos quais comparticipados por fundos comunitários, e que ultrapassam os 10% das despesas de investimento do Orçamento do exercício (1 992 373,00 € x 10%=199 237,30 €), torna-se imprescindível a discussão e autorização prévia da Assembleia Municipal:*

Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião – Ata n.º 04/2018 de 22 de junho de 2018

Objetivo	Referência do PPI		Classif. Económica Orçamental	Designação do Investimento/Obra	Dotação atual definida	Valor a ser financiado
	Projeto/Ação	N.º				
2.4.1	06	29/2014	07.01.02.03	Habitação Social - Adaptação da Escola da Vega	4 500,00	75 000,00
2.4.2	02	32/2014	07.03.03.05	Requalificação do Parque de lazer e Estacionamento em Concelho - Sever	500,00	120 000,00
2.4.2	02	08/2015	07.03.03.01	Reabilitação do Barro dos Retornados - Madroes	500,00	230 000,00
2.4.2	07	07/2016	07.03.03.13	Miradouro - Espaço Douro Vivo	500,00	40 000,00
2.4.2	09	09/2016	07.01.03.07	Requalificação do antigo Edifício dos Paços do Concelho - Escola de Artes	350 000,00	63 000,00
2.4.2	13	15/2017	07.03.03.01	Requalificação do Largo do Pelourinho - Santa Marta de Penaguião	5 000,00	282 000,00
2.4.2	17	19/2017	07.03.03.13	Amarjo Urbanístico Espírito Santo - São João de Lobos	1 000,00	250 000,00
2.4.2	14	16/2017	07.03.03.13	Requalificação das margens da Ribeira d'Arcã e espaço público envolvente	10 000,00	94 000,00
2.4.2	10	40/2018	07.03.03.13 07.01.07	Douro do Frei João de Mansilha - Ligação de História	1 150,00	20 000,00
2.4.2	11	41/2018	07.01.03.07	Requalificação do Largo do Pelourinho - Santa Marta de Penaguião - Aquisição de imóvel	1 000,00	150 000,00
TOTAL					374 150,00	1 324 000,00

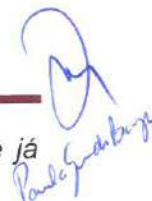
----- Nos termos expostos, propõe-se que: -----

----- O Executivo Municipal aprove solicitar à Assembleia Municipal a discussão e autorização dos citados investimentos, nos termos da alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, para cumprimento do estabelecido no n.º 2, do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na sua atual redação.” -----

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 15 de maio de 2018. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais, solicitando a palavra a Senhora Deputada Maria Nogueira do PPD/PSD, que após cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e os restantes presentes, proferiu as seguintes palavras: -----

----- "Em relação a este ponto de votação, gostaria aqui de lembrar que a câmara irá fazer um empréstimo para a requalificação da escola da Veiga, obra essa que mais uma vez aqui digo não pode ser feita nos próximos dez anos, como já foi referido, resultado do acordo obtido em sede de Tribunal com o dono do terreno, que se opunha à requalificação da escola em habitação social. -----



----- No entanto, segundo a Ata 03 de 2018, o Senhor Presidente da Câmara diz que já resolveu o assunto, mas gostaríamos de ser esclarecidos sobre a forma como resolveu a questão.” -----

----- Seguidamente solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para esclarecer que não disse que o assunto estava resolvido, mas sim que se iria resolver através de uma negociação com a família do Senhor Manuel de Oliveira para retirar o ónus que existe sobre o imóvel e requalificá-lo dando-lhe o seu nome àquele espaço, todavia em dois mil e nove foi celebrado um protocolo com o Centro Social e Paroquial de Santa Eulália para utilizar aquele espaço e nessa altura não havia conhecimento da existência de qualquer ónus. Mais informou que este empréstimo não está obrigado a ser utilizado para esta obra. No entanto, poderá ser utilizado. Por essa razão os valores ficaram indexados às obras caso surja algum motivo ou emergência e nesse caso apenas é necessário pedir ao Tribunal de Contas e à Assembleia a deslocação. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, submeteu o assunto a votação. -----

----- **Deliberação: Aprovado, por unanimidade.**-----

----- **2.4** – Deliberar sobre a proposta de Regulamento do Campo de Férias do Município de Santa Marta de Penaguião (alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei 75/2013 de 12 de setembro). -----

----- Presente proposta da Câmara Municipal, sobre o Regulamento do Campo de Férias do Município de Santa Marta de Penaguião, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando que já foi sido submetido à apreciação desta Câmara Municipal o Projeto de Regulamento do Campo de Férias do Município de Santa Marta de Penaguião, o qual foi aprovado em reunião de 2 de maio de 2018; -----

----- Considerando, contudo, que, no âmbito do pedido de registo de entidades organizadoras de campos de férias, para a obtenção de Alvará, o Instituto Português do Desporto e



Juventude (IPDJ) solicitou aos Serviços do Município a alteração do referido Projeto de Regulamento por forma a acrescentar alguma informação considerada relevante; -----

----- Submete-se à consideração de V^a Ex^a. nova proposta de projeto do referido Regulamento que, caso mereça concordância, se sugere que o mesmo seja aprovado em reunião de Câmara Municipal, no sentido de deliberar aprovar: -----

----- a) O projeto de Regulamento do Campo de Férias do Município de Santa Marta de Penaguião, nos termos do disposto na alínea k), do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- b) Submeter aquela proposta, caso seja aprovada, à Assembleia Municipal, para efeito do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 setembro; -----

----- c) Que, em caso de aprovação pelo órgão Executivo e Deliberativo, deverá proceder-se à sua divulgação por meio de edital a afixar no Edifício dos Paços do Concelho, nos lugares públicos, no sítio da Internet do Município, e mediante publicação no Diário da República.” ---

----- Anexo à proposta: -----

----- 1 – Projeto de Regulamento do Campo de Férias do Município de Santa Marta de Penaguião. -----

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 06 de junho de 2018. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais, não se registando pedidos de intervenção, foi o assunto colocado a votação. -----

----- **Deliberação: Aprovado, por unanimidade.**-----

----- **2.5** – Deliberar sobre a proposta do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Santa Marta de Penaguião (alínea h) do artigo 25.º do anexo I à Lei 75/2013 de 12 de setembro e n.º 10 do artigo 4.º do Despacho n.º 443-A/2018, de 19 de janeiro de 2018).



----- Presente a proposta da Câmara Municipal sobre Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Santa Marta de Penaguião, com o seguinte teor: -----

----- “I – Enquadramento -----

----- O Executivo Municipal em reunião de Câmara, de 17, de abril, de 2018 deliberou proceder à abertura de um período de discussão pública da proposta do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Santa Marta de Penaguião (PMDFCI-SMP), para apresentação de reclamações, observações ou sugestões. -----

----- Neste quadro, foi feita toda a tramitação legal intrínseca à Consulta Pública da proposta do Plano supra, mais concretamente, a publicitação no Diário da República, 2.ª série, n.º 83 de 30 de abril de 2018, através do Aviso n.º 5794/2018, teve duração de 15 dias úteis e decorreu entre os dias 7 de maio e 25 de maio, do corrente ano. -----

----- Finda a discussão pública, não se registou participações, estando, assim, a versão final da proposta de plano composta dos elementos necessários para aprovação, em anexo à presente proposta. -----

----- II – PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

----- Em coerência com as razões de facto e de direito enunciado, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, delibere, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, determinar: -----

----- 1. Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta da versão final do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Santa Marta de Penaguião ao abrigo do disposto na alínea h) do artigo 25.º do mesmo diploma legal em vigor e no n.º10 do artigo 4.º do Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro de 2018.” -----

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 06 de junho de 2018. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e



discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais, não se registando pedidos de intervenção, foi o assunto colocado a votação. -----

----- **Deliberação: Aprovado, por unanimidade.**-----

----- **2.6** – Deliberar sobre o Interesse Municipal do Empreendimento Turístico em Espaço Rural, Agroturismo – Quinta do Salgueiral – (alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal, sobre o Interesse Municipal do Empreendimento Turístico em Espaço Rural, Agroturismo – Quinta do Salgueiral, com o seguinte teor: -----

----- **I- CONSIDERANDOS FACTUAIS:** -----

----- *Através do requerimento número 1128/18, datado de 11/05/2018, a sociedade Leite Pereira & Mendonça, Lda. com o NIPC 514673400, e sede na Rua do Bico, n.º 46, Santa Marta de Penaguião, União de freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane, concelho de Santa Marta de Penaguião, requereu o reconhecimento do empreendimento turístico em espaço Rural, Agroturismo – Quinta do Salgueiral, como Projeto de Interesse Municipal.* -----

----- *A sociedade é comercial, adota o tipo de sociedade por quotas, e foi constituída em 7 de dezembro de 2017, e tem como objeto principal as atividades de turismo em espaço rural, atividades de alojamento de curta duração e atividades turísticas relacionadas com a área envolvente, seguindo-se outras atividades complementares, designadamente a viticultura, olivicultura e produção de frutos de casca rija e transformação dos mesmos.* -----

----- *O projeto de investimento “in casu” foi aprovado pela Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, através do despacho do Vereador do pelouro com competência delegada em 19/12/2017 e alvo de uma candidatura no âmbito da Estratégia Turismo 2027, mais especificamente, à Linha de Apoio à Qualificação da Oferta 2017.* -----

----- **II – ANÁLISE** -----



----- ANÁLISE JURÍDICA -----

----- O instituto do reconhecimento de interesse municipal, encontra-se regulado nas alíneas ff) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I, à Lei 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- De acordo com o clausulado nas alíneas ff) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, à Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal apreciar e pronunciar-se quanto ao interesse económico do empreendimento para o concelho, e posteriormente remeter à Assembleia Municipal, para efeitos de emissão por aquele órgão de declaração de interesse municipal do projeto em referência, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do ----- Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- MAIS-VALIAS A SEREM GERADAS -----

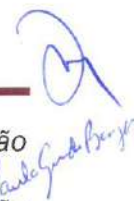
----- O projeto de investimento em apreço, visa a criação de um estabelecimento destinado à atividade de alojamento, que se enquadra no setor do turismo, atividade esta que se traduz num serviço transacionável e internacional com relevante criação de valor económico para a região e mais concretamente para o concelho de Santa Marta de Penaguião. -----

----- Ao empreendimento “in casu” está associado um conceito único à escala regional, assente no desenvolvimento de turismo de nicho, pelo que a sua mais-valia incidirá na promoção de eventos associados à experiência cultural, do conhecimento, dos produtos (show Cooking- Chef & Wine Tasting), dos bens, das vivências e dos valores locais, proporcionando aos turistas a interação com o ambiente rural. -----

----- O empreendimento contará com uma componente de alojamento, com a capacidade máxima de 19 utentes (9 camas fixas de casal e uma individual). -----

----- O investimento estimado para a implementação do projeto é de 552.000,00 €.-----

----- É expectável que o empreendimento: -----



----- • Promova o desenvolvimento de parcerias estratégicas com marcas de vinho da região do Douro, empresas do sector e entidades de ensino conditio sine qua non para a afirmação do concelho no mercado nacional e internacional; -----

----- • Capte um conjunto bastante diversificado de mercados internacionais e nacionais, prevendo-se que a taxa de ocupação-quarto média seja de 32,71% no primeiro ano, atingindo o ano cruzeiro no 3.º ano de atividade (2021); -----

----- • No período 2020 a 2026, registe 937.224,00 € de total de receitas (valores pós-projeto); (Fonte: - Estudo Económico e Financeiro do projeto de turismo – Quinta do Salgueiral) -----

----- • De acordo com o VAL e TIR apurados o Investimento seja recuperado em 120 meses (Período de Recuperação do Investimento). -----

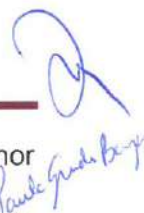
----- III - PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

----- Em coerência com as razões de facto e de direito enunciado tomo a liberdade de sugerir à Câmara Municipal, que nos termos do disposto nas alíneas ff) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, à Lei 75/2013, de 12 de Setembro, reconheça o relevante interesse económico do empreendimento turístico em espaço Rural, Agroturismo – Quinta do Salgueiral, para o concelho, para posterior remessa à Assembleia Municipal, para efeitos de emissão por aquele órgão de declaração de interesse municipal do projeto em referência, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.” -----

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 06 de junho de 2018. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais, solicitando a palavra o Senhor Deputado Jóni Madureira, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- “O Grupo Municipal do PPD/PSD apoia as iniciativas que implementem o empreendedorismo no Concelho. Esperamos que o Executivo apliquem o mesmo critério em todas as propostas que cheguem ao Município”. -----



----- No seguimento das palavras proferidas pelo Senhor Deputado Jóni Madureira, o Senhor Presidente da Câmara lembrou o investimento que tem sido gerado no Concelho de Santa Marta de Penaguião, contabilizando apenas uma estimativa orçamental sobre a construção abrangendo cerca de cinco milhões e quinhentos e dois mil euros (5.502.000,00€), não contabilizando os equipamentos o que daria um acréscimo de mais 1/3. No entanto, o Executivo acarinhará todos os investimentos que surgirem. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o assunto colocado a votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovada, por unanimidade.** -----

----- **2.7** – Deliberar sobre a Isenção de Taxas Administrativas do Empreendimento Turístico em Espaço Rural, Agroturismo – Quinta do Salgueiral – (artigo 27.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal sobre a Isenção de Taxas Administrativas do Empreendimento Turístico em Espaço Rural, Agroturismo – Quinta do Salgueiral, com o seguinte teor: -----

--- *“A sociedade Leite Pereira & Mendonça Ld.ª, com sede na Rua do Bico, n.º 46, em Santa Marta de Penaguião, vem requerer a “isenção do pagamento das taxas administrativas pela emissão do alvará da licença de construção” respeitantes à recuperação da “Casa do Salgueiral, propriedade do seu gerente José Taveira Leite Pereira, para nela desenvolver atividades de turismo em espaço rural” fundamentando-se no facto de ser sua “convicção que o empreendimento pode contribuir significativamente para o desenvolvimento económico e cultural do concelho e da região e apostando em iniciativas que, procurando atrair a atenção para o empreendimento, não deixarão naturalmente de ter reflexos no próprio concelho”. A requerente refere, ainda, ter solicitado à Câmara Municipal que o empreendimento seja reconhecido de interesse municipal.* -----

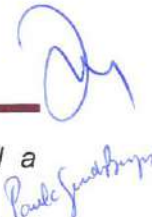
----- Sobre a pretensão, cumpre informar: -----

----- O Regime Geral das taxas das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, na redação atual, refere no seu artigo 8.º que “as taxas das autarquias locais são criadas por regulamento aprovado pelo órgão deliberativo respetivo”, dele devendo constar obrigatoriamente, sob pena de nulidade, entre outros requisitos, as isenções e sua fundamentação. -----

----- O Artigo 25.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município, sob a epígrafe “Isenções ou reduções subjetivas” refere que estão isentos do pagamento de taxas, determinadas entidades designadamente as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa, as instituições particulares de solidariedade social, bem como as de mera utilidade pública, relativamente aos atos e factos que se destinem à direta e imediata realização dos seus fins estatutários e “desde que lhes tenha sido concedida a isenção de IRC pelo Ministério das Finanças, ao abrigo do respetivo Código”, bem como “as associações e fundações desportivas, culturais e recreativas sem fins lucrativos, legalmente constituídas” para a “realização de iniciativas e eventos integrados no âmbito das suas finalidades estatutárias”, sendo que a apreciação e decisão de eventual isenção ou redução das taxas previstas, por parte da Câmara Municipal, carece de formalização do respetivo pedido. -----

----- Por sua vez, o Artigo 27.º (Outras isenções) do mesmo Regulamento, estabelece que além das isenções ou reduções previstas naquele artigo 25.º, a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, conceder outras isenções totais ou parciais. -----

----- Acrescenta-se que relativamente ao pedido de declaração de interesse municipal do projeto referido, a Câmara Municipal em sua reunião realizada no dia 6 do corrente mês, deliberou aprovar reconhecer o relevante interesse económico do empreendimento com vista a que o mesmo seja considerado pelo órgão deliberativo de interesse municipal, nos termos conjugados do disposto nas alíneas ff) e ccc) do artigo 33.º do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação e al.ª k) do n.º 2 do artigo 25.º do mesmo Anexo. -----



----- Assim sendo, e atendendo aos pressupostos que levaram a Câmara Municipal a considerar o empreendimento de relevante interesse económico, sugere-se que o requerimento seja presente à reunião da Câmara Municipal, ao abrigo do art.º 27.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município que, em caso, de aprovação deverá ser submetida à apreciação da Assembleia Municipal, sob a forma de proposta, nos termos do mesmo artigo em conjugação com a al.ª ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.” -----

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 19 de junho de 2018. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais, não se registando pedidos de intervenção, foi o assunto colocado a votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovada, por unanimidade.** -----

----- **2.8** – Deliberar sobre a Prestação de Contas Consolidadas e Relatório de Gestão – 2017 - (n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro). -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal sobre a Prestação de Contas Consolidadas e Relatório de Gestão – 2017, com o seguinte teor: -----

----- “O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, no seu artigo 75.º, n.º 1, estabelece que os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas. -----

----- De acordo com o estipulado nos n.ºs 2 e 3 do mencionado artigo, as entidades mãe ou consolidantes, são o município, as entidades intermunicipais e a entidade associativa municipal, sendo que o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma



direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. ----

---- A existência ou presunção de controlo, por parte das entidades referidas no n.º 1 relativamente a outra entidade, afere-se pela verificação dos seguintes pressupostos referentes às seguintes entidades (n.º 4 do art.º 75º): -----

---- a) Serviços municipalizados e intermunicipalizados, a detenção, respetivamente, total ou maioritária, atendendo, no último caso, ao critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto. -----

---- b) De natureza empresarial, a sua classificação como empresas locais nos termos dos artigos 7.º e 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto. -----

---- c) De outra natureza, a sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder resultado, com base, designadamente numa das seguintes condições: -----

---- i) De poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão; -----

---- ii) Do resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade. -----

---- Devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Março, alterada pelas Leis n.ºs 53/2014, de 25 de Agosto, 69/2015, de 16 de Julho e 7-A/2016, de 30 de Março, integrem o sector empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal (art.º 75.º, n.º 6). -----

---- O Município de Santa Marta de Penaguião não é detentor de qualquer entidade associativa municipal sobre a qual exerça de forma direta ou indireta um poder de controlo,

ou exista essa presunção. No entanto, detém uma participação de 0,15% na empresa "A
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.", enquadrada no
sector empresarial local, regulada pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das
participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto. -----

----- Está, assim, este Município obrigado a consolidar as suas contas por via da sua
participação naquela empresa, apesar da sua reduzida participação no capital social no
montante de 4.985,01€, por força disposto no n.º 6 do artigo 75.º supra mencionado. -----

----- Os documentos de prestação de contas consolidados, de acordo com o n.º 7 do referido
artigo, constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes
demonstrações financeiras: -----

----- a) Balanço consolidado; -----

----- b) Demonstração consolidada dos resultados por natureza; -----

----- c) Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais; -----

----- d) Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas
específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros
entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e
longo prazos e mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza. -

----- O n.º 8 do artigo 75.º, determina que os procedimentos, métodos e documentos
contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais
e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do sector público
administrativo. -----

----- Contudo, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo
Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 2 de Fevereiro e suas posteriores alterações, que veio adaptar as
regras do Plano Oficial de Contabilidade Pública à administração local, não estabeleceu os
princípios que devem estar subjacentes a uma adequada consolidação de contas. -----

----- Pela Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, foi aprovada a orientação n.º 1/2010, "Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo", visando estabelecer um conjunto de princípios enquadramentos, que devem estar subjacentes à consolidação de contas das entidades no sector público administrativo, cujo âmbito de aplicação inclui os municípios. -----

----- Atendendo às especificidades do subsector das autarquias locais e ao facto de a Lei que aprovou o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, que claramente prevalece, por força da hierarquia entre as várias normas legais, sobre a referida Portaria, consagrar de forma expressa, alguns dos aspetos relevantes em matéria de consolidação de contas, designadamente o perímetro de consolidação e os documentos que devem integrar as demonstrações financeiras consolidadas, a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) através do SATAPOCAL, entendeu ser necessário elaborar um conjunto de instruções que permitam uma aplicação deste regime pelos municípios de forma "coerente, harmoniosa e comparável". -----

----- Estas instruções, segundo a DGAL, visam articular o regime financeiro das autarquias locais, o regime previsto na Portaria e na Orientação, bem como "ultrapassar algumas lacunas em matérias não previstas naquelas normas, cujo suprimimento nos parece essencial para permitir a operacionalização da obrigação de consolidação de contas pelos municípios". -----

----- De harmonia com o articulado no n.º 2 do artigo 76.º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os documentos de prestação de contas consolidados devem ser elaborados e aprovados pelo órgão executivo de modo serem submetidos à apreciação do órgão deliberativo durante a sessão ordinária do mês de Junho do ano seguinte àquele a que respeitam. -----

----- Nestes termos, propõe-se que o Executivo, delibere e aprove: -----

----- a) Os Documentos de Prestação de Contas Consolidados e respetivo Relatório de Gestão – 2017; -----

----- b) Submeter os referidos documentos à apreciação da Assembleia Municipal.” -----

----- Anexo à proposta: -----

----- - Documentos de Prestação de Contas Consolidados e Relatório de Gestão de 2017. ----

----- A presente proposta foi aprovada, por maioria, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 19 de Junho de 2018. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais, não se registando pedidos de intervenção, foi o assunto colocado a votação. -----

---- **DELIBERAÇÃO: Aprovada, por maioria, com quatro votos contra do Grupo Municipal do PPD/PSD.**-----

----- **2.9** – Deliberar sobre a contratação de empréstimo a médio e longo prazos – 499.000,00€ (Financiamento da Contrapartida Nacional de Projetos com Comparticipação de Fundos Europeus) – (alínea f), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). --

----- Presente a proposta da Câmara Municipal sobre a contratação de empréstimo a médio e longo prazos, com o seguinte teor: -----

----- “De acordo com a deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de 15 de Maio último, procedeu-se à consulta das instituições bancárias constantes da proposta então aprovada, com vista à contratação de um empréstimo a médio e longo prazos, no valor de 499.000,00 €, para financiamento dos seguintes projetos de investimento: -----

PROJETOS DE INVESTIMENTO A FINANCIAR											
Referência do PPI			Classif. Económica Orçamental	Designação do Investimento/Obra	Valor do Investimento	Valor elegível p/comparticipação	Comparticipação Comunitária		Valor do encargo do Município	Valor a financiar pelo empréstimo	Obs
Objetivo	Projeto/Ação						%	Valor			
	Código	N.º									
2.4.2	09	09/2016	07.01.03.07	Requalificação do antigo Edifício dos Paços do Concelho - Escola de Artes	423 322,56 €	423 322,56 €	85%	359 824,18 €	63 498,38 €	63 000,00 €	a)
2.4.2	13	15/2017	07.03.03.01	Requalificação do Largo do Pelourinho - Santa Marta de Penaguião	450 000,00 €	197 567,44 €	85%	167 932,32 €	282 067,68 €	282 000,00 €	b)
2.4.2	14	16/2017	07.03.03.13	Requalificação das margens da Ribeira d'Arcá e espaço público envolvente	626 951,00 €	626 951,00 €	85%	532 908,35 €	94 042,65 €	94 000,00 €	b)
TOTAL										439 000,00 €	

a) Planos de Ação de Regeneração Urbana - PARU-NORTE - 04 - 2016 - FEDER - 000206

b) Planos de Ação de Regeneração Urbana - PARU-NORTE - 16 - 2016 - FEDER - 10-022

Paulo Fernandes

PROJETOS DE INVESTIMENTO A FINANCIAR											
Referência do FPI			Classif. Económica Orçamental	Designação do Investimento/Obra	Valor do Investimento	Valor elegível p/compensação	Compensação Comunitária		Valor do encargo do Município	Valor a financiar pelo empréstimo	Obs
Objetivo	Projeto/Ação	N.º					%	Valor			
2.4.2	07	07/2016	07.03.03.13	Miradouro - Espaço Douro Vivo	268 311,66 €	268 311,66 €	85%	228 064,91 €	40 246,75 €	40 000,00 €	a)
			07.03.03.13								
			07.01.07	Douro do Frei João de Mansilha - Ligação de História							
2.4.2	10	40/2017	07.01.08		136 688,34 €	136 688,34 €	85%	116 185,09 €	20 503,25 €	20 000,00 €	a)
TOTAL										60 000,00 €	
a) Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE) - Norte											

----- Com vista à apresentação de proposta tendente à adjudicação dos serviços financeiros pretendidos e de acordo com as condições gerais aprovadas pela Câmara Municipal na referida reunião, foram consultadas as seguintes instituições bancárias: Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Douro, Corgo e Tâmega, C.R.L., com a designação atual de Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, C.R.L. e Caixa Geral de Depósitos, em Santa Marta de Penaguião, Banco Santander Totta, S.A. e Caixa Económica Montepio Geral – Caixa Económica Bancária, S.A., em Vila Real, as quais consideraram ser oportuna a apresentação da proposta solicitada, com exceção da última que comunicou não fazê-lo por não poder cumprir com o prazo definido para a amortização. -----

----- Para garantir a adequada comparabilidade de todas as propostas apresentadas, foi elaborado um mapa do qual consta toda a informação financeira tida como essencial, para permitir a determinação do mérito das mesmas para efeitos de adjudicação, documento que se encontra anexo aos relatórios elaborados pelo júri que acompanhou todo o processo e que aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos. -----

----- Conforme consta também daqueles relatórios, a decisão do júri determinou ser a proposta da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, C.R.L., como a mais vantajosa para o Município, atendendo a que apresenta o melhor “spread”, sendo que as restantes condições são idênticas das restantes instituições consultadas. -----

----- Assim, face ao exposto e tendo em consideração todos os elementos constantes do respetivo processo, acima identificado, proponho que: -----

----- a) A Câmara Municipal delibere autorizar a contratação do empréstimo referido, adjudicando os correspondentes serviços financeiros à instituição bancária “Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, C.R.L.” de acordo com a análise económica e financeira das propostas, conforme relatórios do júri do procedimento, e nos precisos termos das condições negociais constantes da proposta selecionada, documentos cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----

----- b) Caso a presente proposta mereça a aprovação por parte do Executivo Municipal, se solicite à Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro: -----

----- i) A correspondente autorização, ao abrigo das disposições constantes na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e artigos 49.º e 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro; -----

----- ii) A autorização prévia da assunção do compromisso plurianual associado ao contrato de empréstimo em apreço, para cumprimento do disposto no artigo 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua atual redação, cujos encargos se distribuem de acordo com o mapa anexo. -----

----- c) Após a decisão da Assembleia Municipal, consubstanciada na aprovação da autorização da contratação do empréstimo, dever-se-á adotar os demais formalismos indispensáveis à celebração do presente empréstimo, designadamente a aprovação definitiva das “cláusulas contratuais” por parte do Executivo Municipal e remessa do competente processo administrativo ao Tribunal de Contas, para obtenção do correspondente “visto”. -----

----- Anexos à proposta: -----

----- 1 - Relatórios, preliminar e final e respetivos anexos, do júri do procedimento, referentes à avaliação das propostas apresentadas pelas instituições de crédito; -----



----- 2 – Mapa de Compromissos Plurianuais – Distribuição de Encargos; -----

----- 3 – Mapa demonstrativo do cálculo da dívida total do município. -----

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 19 de Junho de 2018. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais, solicitando a palavra o Senhor Deputado Jóni Madureira para questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre as candidaturas aprovadas e quantos teriam celebrado contrato de cofinanciamento. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara disse que existe no “PARU”, os projetos da Escola de Artes, a requalificação da Alameda e do Pelourinho, e no “PRODER”, o Miradouro “Douro Vivo” e a rotunda “Frei João de Mansilha”. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, submeteu o assunto a votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovado, por unanimidade, a contratação do empréstimo, no valor de 499.000,00€ (quatrocentos e noventa e nove mil euros), de acordo com a proposta da Câmara Municipal e seus documentos anexos, bem como a autorização prévia da assunção do compromisso plurianual, associado ao contrato do referido empréstimo, nos termos do disposto no artigo 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação.** -----

----- O Grupo Municipal do PPD/PSD, apresentou a seguinte Declaração de Voto: -----

----- *“Declaração de Voto* -----

----- *O Grupo Municipal do PPD/PSD vota a favor no ponto nove da ordem de trabalhos da Assembleia Municipal, do dia 22 de junho de 2018.* -----

----- *O Grupo Municipal do PPD/PSD é a favor, globalmente, do investimento no Concelho de Santa Marta de Penaguião. Uma vez que, desde que o Sr. Presidente, Luís Machado, foi eleito em outubro de 2013, vivemos um autêntico marasmo a esse nível.* -----

----- Do ponto de vista económico, que é a grande lacuna do executivo socialista, os investimentos que se propõe executar não terão a capacidade de serem motor de atratividade económica para o Concelho, pelo que nos merece as maiores reservas. -----

----- As prioridades de investimento no Concelho são outras, como oportunamente o Grupo Municipal do PPD/PSD dará conhecimento a esta assembleia, mediante a apresentação de propostas de investimento sobre vários domínios.” -----

----- **2.10** – Deliberar sobre a contratação de empréstimos a médio e longo prazos destinado ao financiamento de projetos de investimento – 825.000,00€ (alínea f), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal sobre a contratação de empréstimos a médio e longo prazos, com o seguinte teor: -----

----- “De acordo com a deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de 15 de Maio último, procedeu-se à consulta das instituições bancárias constantes da proposta então aprovada, com vista à contratação de um empréstimo a médio e longo prazos, no valor de 825.000,00 €, para financiamento dos seguintes projetos de investimento: -----

Projetos de Investimento a Financiar						
Referência ao PPI			Classif. Económica Orçamental	Investimentos/Obras	Valor do Investimento	Valor a Financiar (Empréstimos)
Objetivo	Projeto/Ação	N.º				
	Código					
2.4.1	06	29/2014	07.01.02.03	Habitação Social - Adaptação da Escola da Vega	75 000,00 €	75 000,00 €
2.4.2	02	32/2014	07.03.03.05	Requalificação do Parque de lazer e Estacionamento em Concelho - Sever	140 000,00 €	120 000,00 €
2.4.2	02	08/2015	07.03.03.01	Reabilitação do Barro dos Retomados - Medrões	235 000,00 €	230 000,00 €
2.4.2	17	19/2017	07.03.03.13	Arranjo Urbanístico Espírito Santo - São João de Lobrigos	411 000,00 €	250 000,00 €
3.3.1	11	41/2018	07.01.03.07	Requalificação do Largo do Pelourinho - Santa Marta de Penaguião - Aquisição de imóvel	150 000,00 €	150 000,00 €
TOTAL					1 011 000,00 €	825 000,00 €

----- Com vista à apresentação de proposta tendente à adjudicação dos serviços financeiros pretendidos e de acordo com as condições gerais aprovadas pela Câmara Municipal na referida reunião, foram consultadas as seguintes instituições bancárias: Caixa de Crédito

Agrícola Mútuo do Douro, Corgo e Tâmega, C.R.L., com a designação atual de Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, C.R.L. e Caixa Geral de Depósitos, em Santa Marta de Penaguião, Banco Santander Totta, S.A. e Caixa Económica Montepio Geral – Caixa Económica Bancária, S.A., em Vila Real, as quais consideraram ser oportuna a apresentação da proposta solicitada, com exceção da última que comunicou não fazê-lo por não poder cumprir com o prazo definido para a amortização. -----

----- Para garantir a adequada comparabilidade de todas as propostas apresentadas, foi elaborado um mapa do qual consta toda a informação financeira tida como essencial, para permitir a determinação do mérito das mesmas para efeitos de adjudicação, documento que se encontra anexo aos relatórios elaborados pelo júri que acompanhou todo o processo e que aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos. -----

----- Conforme consta também daqueles relatórios, a decisão do júri determinou ser a proposta da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, C.R.L., como a mais vantajosa para o Município, atendendo a que apresenta o melhor “spread”, sendo que as restantes condições são idênticas das restantes instituições consultadas. -----

----- Assim, face ao exposto e tendo em consideração todos os elementos constantes do respetivo processo, acima identificado, proponho que: -----

----- j) A Câmara Municipal delibere autorizar a contratação do empréstimo referido, adjudicando os correspondentes serviços financeiros à instituição bancária “Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Trás-os-Montes e Alto Douro, C.R.L.” de acordo com a análise económica e financeira das propostas, conforme relatórios do júri do procedimento, e nos precisos termos das condições negociais constantes da proposta selecionada, documentos cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----

----- k) Caso a presente proposta mereça a aprovação por parte do Executivo Municipal, se solicite à Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro: -----

----- i) A correspondente autorização, ao abrigo das disposições constantes na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e artigos 49.º e 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro; -----

----- ii) A autorização prévia da assunção do compromisso plurianual associado ao contrato de empréstimo em apreço, para cumprimento do disposto no artigo 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua atual redação, cujos encargos se distribuem de acordo com o mapa anexo. -----

----- l) Após a decisão da Assembleia Municipal, consubstanciada na aprovação da autorização da contratação do empréstimo, dever-se-á adotar os demais formalismos indispensáveis à celebração do presente empréstimo, designadamente a aprovação definitiva das “cláusulas contratuais” por parte do Executivo Municipal e remessa do competente processo administrativo ao Tribunal de Contas, para obtenção do correspondente “visto”. ----

----- Anexos à proposta: -----

----- 1 - Relatórios, preliminar e final e respetivos anexos, do júri do procedimento, referentes à avaliação das propostas apresentadas pelas instituições de crédito; -----

----- 2 – Mapa de Compromissos Plurianuais – Distribuição de Encargos; -----

----- 3 – Mapa demonstrativo do cálculo da dívida total do município; -----

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 19 de Junho de 2018. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais, não se registando pedidos de intervenção para este ponto. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, para dizer que estranhou a expressão “marasmo”, que o Senhor Deputado Jóni Madureira utilizou na Declaração de Voto do ponto anterior, surpreende-se por falta de conhecimento dos investimentos, e mais surpreendido ficou, por não apresentarem a mesma Declaração de Voto que levaram à Câmara Municipal,

levando a entender que a bancada do PPD/PSD não se revê nas ideias da Vereação do PPD/PSD. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Jóni Madureira, assegurando que a bancada do PPD/PSD está em total consonância com o seu Vereador Daniel Teles. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, submeteu o assunto a votação. -----

---- **DELIBERAÇÃO: Aprovado, por unanimidade, a contratação do empréstimo, no valor de 825.000,00€ (oitocentos e vinte e cinco mil euros), de acordo com a proposta da Câmara Municipal e seus documentos anexos, bem como a autorização prévia da assunção do compromisso plurianual, associado ao contrato do referido empréstimo, nos termos do disposto no artigo 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação.** -----

----- **2.11** – Deliberar sobre formas de apoio às Freguesias (alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal sobre formas de apoio às Freguesias, com o seguinte teor: -----

----- *“As dificuldades que se fazem sentir na gestão das autarquias locais não são novidade. -*

----- *Reconhecendo e vivenciando esta dificuldade, o executivo do Município de Santa Marta de Penaguião em funções, aquando das transferências de estado para as autarquias locais de 2017, não obstante o aumento não ser significativo, entendeu dividi-lo com as juntas de freguesia deste concelho – 50% para o Município / 50% a dividir igualmente pelas 7 Juntas de Freguesia.* -----

----- *Feitas as contas o total a transferir para cada uma perfaz um valor de 3.000,00€ (três mil euros).* -----

----- *Assim, propõe-se a este executivo municipal que autorize as respetivas transferências.”*

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 19 de Junho de 2018. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais, solicitou a palavra o Senhor Deputado Eugénio Rocha, que após cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e respetivos Membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, a Senhora Vice-Presidente, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados, Presidentes das Juntas de Freguesia, funcionários Municipais e restante público presente, proferiu as seguintes palavras: -----

----- *“O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, pretende manifestar a sua concordância com a atribuição de verbas às Freguesias do Concelho.* -----

----- *Entendeu o Executivo Municipal, atribuir uma comparticipação a cada Freguesia deste Concelho no valor de 3.000,00€, aquando das transferências do estado para as autarquias locais de 2017.* -----

----- *Tendo reconhecido as dificuldades na gestão das autarquias locais, como nós também corroboramos, foi entendimento deste executivo dividir, igualmente, pelas sete Juntas de Freguesias, um valor fixo.* -----

----- *Como, se poderá depreender foi unânime a aceitação por parte de todas as Freguesias?*

----- *Porém, a dimensão em termos de área e densidade populacional são realidades bem diferentes e inquestionáveis.* -----

----- *Se analisarmos uma dessas Freguesias com maior exponencial, facilmente se poderá concluir que as necessidades não serão compatíveis, o que implica uma desproporcionalidade na distribuição das referidas verbas.* -----

----- *Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, se me permite, aproveitaria a oportunidade para colocar ao Presidente de Junta da União de Freguesias de Lobrigos “Senhor Fernando Moreira” a seguinte pergunta:* -----

----- Se concorda com esta divisão de forma igual, face à desproporção notória da realidade da sua Freguesia? -----

----- Muito Obrigado”. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Júlio Almeida, que felicitou O Senhor Presidente da Câmara pela solidariedade demonstrada às Juntas de Freguesias do Concelho, ao dividir entre elas e de igual forma os cinquenta por cento (50%) provenientes do aumento do Orçamento de Estado, ficando os outros cinquenta por cento (50%) para a Câmara Municipal.

----- No entanto, lamenta que o Senhor Deputado Eugénio Rocha da bancada municipal do PPD/PSD esteja a aproveitar-se desta situação para tentar colocar uns contra os outros e lembra que só quem conhece a realidade das Freguesias é que sabe as dificuldades económicas que as Freguesias mais pequenas, como Sever, Medrões e Alvações do Corgo estão a passar. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Eugénio Rocha, apesar da resposta dada pelo Senhor Deputado Júlio Almeida, insistiu em ouvir os esclarecimentos do Senhor Deputado Fernando Moreira. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Fernando Moreira, que após cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e respetivos Membros da Mesa, o senhor Presidente da Câmara Municipal, a Senhora Vice-Presidente, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados, e restante público presente, afirmou também não estar totalmente de acordo e na devida altura teve a oportunidade de o expressar e justificar as suas razões. No entanto, esclarece que aceitou devido às contrapartidas que foram propostas pelo Senhor Presidente da Câmara, que disponibilizou sempre que necessário alguns funcionários municipais para a realização de trabalhos. -----

----- Solicitou a palavra a Senhora Deputada Ana Paula Gouveia, que após cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e respetivos Membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, a Senhora Vice-Presidente, os Senhores

Vereadores, os Senhores Deputados, e restante público presente, endereçou algumas palavras de reconhecimento ao Senhor Presidente da União das Freguesias de Lobrigos (S.

Miguel e S. João Baptista) e Sanhoane, pelo excelente trabalho desenvolvido. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Eugénio Rocha, agradecendo o esclarecimento dado pelo Senhor Presidente da União das Freguesias de Lobrigos (S. Miguel e S. João Baptista) e Sanhoane. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Jóni Madureira, que felicitou o Senhor Deputado Fernando Moreira, Presidente da União das Freguesias de Lobrigos (S. Miguel e S. João Baptista) e Sanhoane, pela Frontalidade e coragem demonstrada na exposição dos factos. ---

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, para informar que aquela distribuição está relacionada com um aumento nas transferências do Orçamento do Estado, e que se entendeu dividir de forma solidária por todas as Juntas de Freguesias, devido à igualdade dos critérios descritos no documento Plano e Orçamento. No entanto, as transferências para as Juntas de Freguesias não são iguais pois deverão ser somados a estes montantes os montantes transferidos para as Juntas de Freguesias, garantindo que foram os montantes acordados com os Senhores Presidentes de Junta. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, submeteu o assunto a votação. -----

---- **DELIBERAÇÃO: Aprovada, por unanimidade.**-----

----- **2.12** – Deliberar sobre o apoio pontual à Freguesia de Sever (alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal sobre o apoio pontual à Freguesia de Sever, com o seguinte teor: -----

----- *“A junta de freguesia de Sever tem a pretensão de abrir uma estrada na localidade de Banduge onde se faria a ligação da referida localidade ao lugar do Peso Negro, local onde passa o rio aguilhão e onde podemos contemplar uma paisagem única na nossa Freguesia. -*

----- *Para além do interesse turístico, seria um enorme benefício para os agricultores que ali têm propriedades, podendo estes aceder às suas terras através de uma viatura.* -----

----- *Desta forma, e tendo noção dos gastos que esta abertura nos acarreta, vimos por este meio solicitar ao Município qual seria a disponibilidade de nos conceder um apoio financeiro no valor de 5.000,00€.* -----

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 19 de Junho de 2018. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais, não se registando pedidos de intervenção, foi o assunto colocado a votação. -----

---- **DELIBERAÇÃO: Aprovada, por unanimidade.**-----

----- **2.13** – Deliberar sobre a Gestão e Exploração Integrada dos Sistemas Municipais de Abastecimento Público de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas – Constituição de Empresa Local, Águas do Interior – Norte, E.I.M, S.A (Decreto-Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto). -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal sobre a Gestão e Exploração Integrada dos Sistemas Municipais de Abastecimento Público de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas – Constituição de Empresa Local, Águas do Interior – Norte, E.I.M, S.A, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando que: -----

----- a) Os Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real (doravante, conjuntamente designados por Municípios) pretendem desenvolver um projeto de gestão e exploração integrada dos respetivos sistemas municipais de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas; -----

----- b) Os Municípios, reunidos em Freixo de Espada à Cinta no dia 25 de maio de 2016, na Comunidade Intermunicipal do Douro (CIM Douro), acordaram promover a gestão conjunta dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas a que eventualmente se poderá adicionar a gestão das redes de águas pluviais urbanas, através de entidades empresariais com abrangência intermunicipal (Empresa Municipal ou Intermunicipal) abrangendo o conjunto dos Municípios a Norte do Douro e outra entidade de igual cariz a Sul do Douro; -----

----- c) Os Municípios, à semelhança dos municípios situados a Sul do Douro, estão interessados em congregar esforços no âmbito da exploração dos serviços de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas, de modo a beneficiar de uma economia de escala em benefício das suas populações; -----

----- d) As atuais exigências impostas pela legislação aplicável e pela Entidade Reguladora do Sector (ERSAR), ao nível da gestão daqueles serviços são pautadas por um – cada vez mais – apertado controlo, impondo a todas as entidades gestoras as mesmas regras e princípios, independentemente da sua dimensão ou tipologia, obrigando os municípios de menor dimensão a práticas de gestão desadequadas à sua estrutura de recursos humanos e materiais; -----

----- e) O cumprimento das referidas regras e princípios de gestão encontra-se sujeito a um controlo apertado, sendo as entidades sujeitas a frequentes fiscalizações e auditorias, sendo que, o incumprimento das mesmas está sujeito a um enquadramento sancionatório muito pesado; -----

----- f) Pretendem os Municípios que a gestão e exploração dos sistemas municipais referidos em a) seja entregue a empresa local de gestão de serviços de interesse geral, a constituir nos termos do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAEPL), aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, cuja proposta de Contrato de Sociedade e de Estatutos que se anexam; -----

----- g) Pretendem os Municípios que a empresa local a constituir tenha a seguinte designação
Águas do Interior – Norte, E.I.M., S.A.; -----

----- h) O Município de Santa Marta de Penaguião deliberou já no passado dia 15 de Novembro de 2016 aderir à Águas de Interior Norte E.I.M., S.A. (tendo a sua Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião assim também deliberado em 23 de Novembro de 2016), pelo que a presente deliberação consiste apenas numa aprovação da versão final de todo modelo e respetiva documentação que será submetida às entidades públicas para concretizar a constituição desta empresa intermunicipal (nomeadamente ERSAR e Tribunal de Contas) e que resultam dos desenvolvimentos ocorridos na constituição desta empresa, como são a não adesão do Município de Alijó e consequente necessidade de ajuste de todos os documentos de suporte (Estatutos, Acordo Parassocial, EVEF, Modelo Económico-financeiro) e respetivas deliberações dos órgãos autárquicos; -----

----- i) Foram elaborados os estudos pelas Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, atualmente Águas do Norte (AdN) com vista à constituição de uma parceria, e pela ERSAR através da consultoria do Professor Poças Martins (Maio de 2016), no âmbito do Grupo de Trabalho constituído para desenvolver a capacitação das entidades gestoras e promover a agregação dos sistemas de menor dimensão, em especial os de gestão direta pelos municípios, os quais apontam para o facto de a agregação de gestão dos referidos sistemas proporcionar a criação de economias de escala, e garantir uma maior eficiência e eficácia na sua gestão; -----

----- j) A decisão de constituição da empresa local foi precedida dos necessários estudos técnicos, nomeadamente do plano do projeto, na ótica do investimento, da exploração e do financiamento, demonstrando-se a viabilidade e sustentabilidade económica e financeira das unidades, através da identificação dos ganhos de qualidade, e a racionalidade acrescentada decorrente do desenvolvimento da atividade através de uma entidade empresarial, os quais incluem, ainda, a justificação das necessidades que se pretende satisfazer com a empresa local, a demonstração da existência de procura atual ou futura, a avaliação dos efeitos da

atividade da empresa sobre as contas e a estrutura organizacional e os recursos humanos da entidade pública participante, assim como a ponderação do benefício social resultante para o conjunto de cidadãos, conforme exigido nos termos dos n.ºs 4 e 5 do RJAEPL, os quais se juntam; -----

----- k) Nos termos do artigo 17.º do Decreto-lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, a delegação dos serviços identificados em a) deverá concretizar-se e ser regulada através de um contrato de gestão delegada celebrado entre os Municípios e a empresa local a constituir, o qual envolve a delegação de poderes públicos, conforme consta da Proposta de Contrato de Gestão Delegada que se junta; -----

----- l) A gestão e exploração integrada dos sistemas municipais de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas nos Municípios envolve, nos termos do artigo 27.º do RJAEPL, a delegação dos poderes e o exercício das prerrogativas do pessoal que exerça funções de autoridade que se encontram previstos no artigo 29.º da Proposta de Estatutos e no artigo 7.º do Proposta de Contrato de Gestão Delegada; -----

----- m) O capital inicial da sociedade, as entradas a realizar pelos Municípios e as participações destes serão as constantes da Proposta de Contrato de Sociedade. -----

----- Assim, propõem-se que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do RJAEPL, delibere aprovar a constituição da Empresa Águas do Interior – Norte, E.I.M., S.A., na qual participará, como acionista fundador e submeter à Assembleia Municipal que aprecie, delibere e aprove: -----

----- a) A constituição, nos termos do n.º do artigo 22.º do RJAEPL, de empresa local, sob a forma de sociedade anónima, com a designação Águas do Interior – Norte, E.I.M., S.A., na qual o Município participará, como acionista fundador, com uma participação social de € 1.959.625,00 (um milhão, novecentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e vinte cinco euros), a realizar através da valorização de infraestruturas a integrar no montante de € 1.927.500,00 (um milhão, novecentos e vinte e sete mil, quinhentos euros) e de, € 32.125,00 (trinta e dois

mil, cento e vinte e cinco euros) a realizar em dinheiro, em conformidade com a Proposta de Estatutos; -----

----- b) A proposta de transferência da gestão e exploração dos sistemas municipais de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas do Município de Santa Marta de Penaguião para a Águas do Interior – Norte, E.I.M., S.A., em conformidade com a Proposta de Contrato de Gestão Delegada; -----

----- c) A aprovação dos documentos infra referidos, que fazem parte dos estudos de viabilidade, reorganização e criação da Águas do Interior – Norte, E.I.M., S.A., sociedade que no futuro passará a gerir os sistemas de abastecimento de água, de drenagem águas residuais e nos termos do contrato de gestão delegada, os sistemas de águas pluviais dos municípios que integram a sociedade: -----

----- • Estatutos -----

----- • Acordo Parassocial -----

----- • Estudo Técnico -----

----- • EVEF – Estudo de Viabilidade Económica e Financeira -----

----- • Contrato de Gestão Delegada (que inclui os seguintes anexos) -----

----- O Anexo I - Orientações estratégicas para a Águas do Interior – Norte E.I.M., S.A.

----- O Anexo II - Principais iniciativas estratégicas a implementar pela Águas do Interior – Norte E.I.M., S.A. -----

----- O Anexo III - Plano de Investimentos a Cargo da Águas do Interior – Norte E.I.M., S.A. --

----- O Anexo IV - Financiamento Direto pelos Municípios -----

----- O Anexo V - Afetação de bens municipais à prestação de serviços -----

----- O Anexo VI - Demonstrações financeiras da Águas do Interior – Norte E.I.M., S.A. e plano de financiamento -----

----- O Anexo VII - Tarifário dos serviços e sua trajetória de evolução temporal -----

----- • Estudo de Avaliação do Património -----

----- • *Regulamento do Serviço Público de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais da Águas do Interior – Norte E.I.M., S.A.* -----

----- • *Regulamento de Descargas de Águas Residuais Industriais no Sistema Público de Drenagem da Empresa Águas do Interior – Norte E.I.M., S.A.* -----

----- • *Modelo Económico – Financeiro (Ernst & Young).*” -----

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 19 de Junho de 2018. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais, não se registando pedidos de intervenção, foi o assunto colocado a votação. -----

--- DELIBERAÇÃO: Aprovado, por unanimidade, a constituição, nos termos do n.º 1 do artigo 22.º do RJAELPL, de empresa local, sob a forma de sociedade anónima, com a designação Águas do Interior – Norte, E.I.M., S.A., bem como a transferência da gestão e exploração dos sistemas municipais de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas do Município de Santa Marta de Penaguião para a referida empresa, e, ainda, os demais documentos, nos termos da proposta da Câmara Municipal. -----

----- **2.14** – Deliberar sobre o Interesse Municipal do Projeto “Sinalização, marcação e divulgação dos trilhos de Santa Marta” (alínea k) do n.º 2 do artigo 25 do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal sobre o Interesse Municipal do Projeto “Sinalização, marcação e divulgação dos trilhos de Santa Marta”, com o seguinte teor: -----

----- **I - CONSIDERANDOS FACTUAIS,** -----

----- O Executivo Municipal em reunião de Câmara, de 05, de dezembro, de 2017 aprovou o Projeto “Sinalização, Marcação e Divulgação dos Trilhos de Santa Marta” a submeter ao Aviso N.º 001 / GAL Douro Histórico / 10216 / 2016 do PDR2020 denominado “Renovação de

Aldeias”, sendo um dos critérios de elegibilidade da candidatura, o cumprimento do disposto na alínea i) do artigo 46.º da Portaria 152/2016 de 25 de Maio, mais concretamente, o reconhecimento do interesse do mesmo para as populações ou para a economia local. -----

----- O Projeto engloba duas componentes: -----

----- • Sinalização e marcação dos trilhos e sua envolvente através do uso de placas sinaléticas e balizas indicativas dos sentidos do trilho, da localização dos elementos patrimoniais, ambientais, e agroturísticos, e material fixo interpretativo como mesas e painéis; -----

----- • Divulgação através da conceção gráfica de material de divulgação (flyers, credenciais, ilustrações para o material interpretativo, outdoors informativos e vídeo), aplicação “Apps” do tipo “road map”, ação de apresentação / divulgação do Projeto e notas de imprensa, entre outros. -----

----- II – ANÁLISE -----

----- ANÁLISE JURÍDICA -----

----- O instituto do reconhecimento de interesse municipal, encontra-se regulado nas alíneas ff) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I, à Lei 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- De acordo com o clausulado nas alíneas ff) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, à Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal apreciar e pronunciar-se quanto ao interesse económico do empreendimento para o concelho, e posteriormente remeter à Assembleia Municipal, para efeitos de emissão por aquele órgão de declaração de interesse municipal do projeto em referência, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- MAIS-VALIAS -----

----- O projeto supra tem o escopo evidenciar o património local associado (capelas, miradouros e santuários), a paisagem Vinhateira do Centro-Sul e florestal do Norte-Noroeste do Concelho, e os usos e costumes endógenos, bem como criar e divulgar itinerários

paisagísticos (rede de trilhos pedestres municipais) devidamente sinalizados, marcados e homologados, contribuindo nevralgicamente para o desenvolvimento da economia local e subsequente interesse das populações na medida que é expectável que: -----

----- • Valorize o conhecimento dos usos e costumes tradicionais endógenos, inseridos na área de abrangência territorial dos Trilhos permitindo estabelecer redes de interação entre comunidade local e seus visitantes, combatendo desta forma a segregação e exclusão social;

----- • Aumente a atratividade da visitação turística no concelho devido ao maior leque de oferta divulgativa dos recursos turísticos (hotelaria, restauração e comércio tradicional) e produtos locais (vinho e gastronomia), património e paisagem; -----

----- • Crie oportunidades de emprego e de rendimentos quer à população em geral quer aos agentes / operadores económicos implantados; -----

----- • Capte um conjunto bastante diversificado de público-alvo ligado ao turismo de natureza e ao enoturismo; -----

----- • Complemente a oferta turística dos estabelecimentos hoteleiros existentes no concelho e nos concelhos vizinhos. -----

----- III - PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

----- Em coerência com as razões de facto e de direito enunciado tomo a liberdade de sugerir à Câmara Municipal, que nos termos do disposto nas alíneas ff) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, à Lei 75/2013, de 12 de Setembro, reconheça o relevante interesse económico do Projeto “Sinalização, Marcação e Divulgação dos Trilhos de Santa Marta”, para a população do concelho, e posterior remessa à Assembleia Municipal, para efeitos de emissão por aquele órgão de declaração de interesse municipal do projeto em referência, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.” -----

----- Anexo à proposta: -----

----- - Projeto “Sinalização, Marcação e Divulgação dos Trilhos de Santa Marta”. -----



----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 19 de Junho de 2018. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais, solicitando a palavra o Senhor Deputado Rui Monteiro que após cumprimentar todos os presentes, perguntou quais os trilhos de interesse municipal sinalizados neste projeto. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara enumerou o “Trilho da Terra e do Céu”, o “Trilho das Belas Vistas”, o “Trilho da Senhora da Serra”, o “Trilho do Aguilhão”, o “Trilho do Corgo”, o “Trilho Portas da Vila” e “Trilho Santa Marta”. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o assunto foi colocado a votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovada, por unanimidade.**-----

----- **2.15** – Composição da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – Designação de dois representantes das Freguesias (alínea b) n.º 1 do artigo 3.º-D da Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho). -----

----- Presente a proposta da Câmara Municipal para a constituição da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, com o seguinte teor: -----

----- *I – Enquadramento:* -----

----- *O Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a redação dada pela Lei n.º 76/2017, de 17 de Agosto, define o Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.* -----

----- *O artigo 3.º-D (n.º 1 e 2) do citado diploma legal, prevê a composição da Comissão Municipal da seguinte forma:* -----

----- • *O presidente da Câmara Municipal ou seu representante, que preside;* -----

----- • *Até cinco representantes das freguesias do concelho, a designar pela assembleia municipal;* -----

----- • *Um representante do ICNF, I.P.;* -----

- • O coordenador municipal de proteção civil; -----
- • Um representante da GNR; -----
- • Um representante das organizações de produtores florestais; -----
- • Um representante da IP, S.A, um representante do IMT, I.P, e dois representantes dos concessionários da distribuição da energia elétrica, sempre que se justifique; -----
- • Um representante do conselho diretivo das Unidades de Baldio; -----
- • Outras entidades e personalidades a convite do presidente da comissão. -----

----- II – Proposta: -----

----- Pelas razões de facto enunciadas, proponho ao executivo municipal que aprove a constituição da comissão supra, e caso a presente proposta mereça a vossa concordância, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º-D do diploma referido, dever-se-á solicitar à assembleia municipal a designação de dois representantes das freguesias do concelho, para constituírem a respetiva comissão.” -----

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 19 de junho de 2018. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais, solicitando a palavra o Senhor Deputado Júlio Almeida que apresentou a seguinte proposta: -----

----- “Proposta-----

----- A bancada do Partido Socialista em conjunto com os movimentos de cidadãos independentes, Fazer Mais Pela Nossa Terra (NT) e Por Medrões Sempre (PMS) para a designação dos representantes das freguesias do Concelho na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, propõe o Presidente da Junta de Freguesia de Fontes, Paulo Conceição e o Presidente da União das Freguesias de Louredo e Fornelos, Gil Teixeira.

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, submeteu o assunto a votação. -----

---- **DELIBERAÇÃO:** Eleitos os Presidentes, da Junta de Freguesia de Fontes, Senhor António Paulo Monteiro Pinto Conceição e da União de Freguesias de Lourêdo e Fornelos, Senhor Gil Carlos Lourenço Teixeira, com dezoito votos a favor, dois votos brancos e dois votos contra. -----

---- **2.16** – Comissão Municipal de Proteção Civil – Designação de um representante das Freguesias, (alínea i), do artigo 41.º da Lei n.º 80/2015 de 3 de agosto da Lei de Bases da Proteção Civil). -----

---- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais, solicitando a palavra o Senhor Deputado Júlio Almeida que apresentou a seguinte proposta: -----

---- *“Proposta-----*

---- *A bancada do Partido Socialista em conjunto com os movimentos de cidadãos independentes, Fazer Mais Pela Nossa Terra (NT) e Por Medrões Sempre (PMS) para a designação de um Presidente de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Proteção Civil, propõe o Presidente da União das Freguesias de Lobrigos (S. Miguel e S. João Baptista) e Sanhoane, Fernando Borges Moreira.* -----

---- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, submeteu o assunto a votação. -----

---- **DELIBERAÇÃO:** Eleito o Presidente da União de Freguesias de Lobrigos (São Miguel e João Baptista) e Sanhoane, Senhor Fernando Borges Moreira, com dezoito votos a favor, três votos em brancos e um voto contra. -----

----- **3 – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”:** -----

---- O Senhor Presidente da Assembleia, declarou aberto o período de inscrição para intervenção do público presente. -----

----- Neste ponto da ordem de trabalhos foram presentes à Mesa dois pedidos de uso da palavra, de acordo com o disposto no artigo 23.º do Regimento da Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião, dos Senhores: -----

----- **António José Guedes de Sousa.**- *"Pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara"* -----

----- Após cumprimentar todos os presentes, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que se pronunciasse quanto ao facto de não se ter realizado nenhuma Assembleia de Freguesia na Cumieira no decorrer do corrente ano, uma vez que na Assembleia constituinte, na tomada de posse dos órgãos da Junta de Freguesia da Cumieira o Senhor Presidente da Câmara falou da necessidade de repor a legalidade. Questionou, ainda, qual seria a postura do Senhor Presidente da Câmara se fosse confrontado com a disponibilidade para a concretização de Assembleia de Freguesia no próximo dia quarenta, sábado às vinte e uma e trinta. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, remetendo este assunto ao cuidado do Senhor Presidente da Mesa de Assembleia, para que esta situação seja reportada ao Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia da Cumieira. -----

----- **António Correia** - *"Hotel Magnificat-wine", e, "Viso wine Park"* -----

----- Após cumprimentar todos os presentes, aproveitou a oportunidade de agradecer publicamente a isenção de pagamento das taxas e transmitiu o ponto de situação do Hotel "Magnificatwine", informando que é uma empresa do Concelho, ligada à hotelaria, às quintas e aos vinhos, e que para além disso são operadores SPA. -----

----- Transmitiu a vontade de trazer as várias empresas que tem para o Concelho, referindo que a Zona Oficial seria o local indicado caso tivesse mais aberta para acolher as fábricas que possui em Amarante, Vila real e Espanha, aproveitando a fase favorável proporcionada pela "Nacional n.º 2" e tantos outros eventos que têm ajudado Santa Marta a crescer. No entanto, lamenta não ter recebido nenhuma visita de nenhum elemento da Assembleia

Municipal, convidando-os a visitar o Hotel "Magnificatwine", quer seja a título individual quer seja em representação da Bancada Municipal. -----

----- Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara informações sobre a realização de obras no exterior uma vez que cedeu dois a três metros de terreno para as referidas obras, mais informou que pretende inaugurar entre outubro e dezembro. -----

----- Mencionou outros projetos a realizar no Concelho, como o projeto de campismo e caravanismo para desenvolver no Marão, entre outros projetos, nomeadamente com um investimento superior a trinta e seis milhões (36.000.000,00€), em conjunto com um grupo de investidores, considerando Santa Marta um Concelho que está na moda e um destino atrativo para os investidores. -----

----- Finalizou dizendo que é preciso entender que a promoção do Concelho se faz graças aos eventos, como o "Viso13" e os "Xassos" que vão crescendo e projetando Santa Marta de Penaguião. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia antes de prosseguir com a Sessão, teceu algumas palavras de agradecimento pelo convite e lamentou o facto de ainda não ter sido possível visitar as obras do Hotel "Magnificatwine", porque sendo uma obra fechada terá alguns condicionalismos que necessitam de alguma logística, no entanto reafirmou o interesse que este empreendimento tem para o Concelho. -----

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para esclarecer algumas situações, nomeadamente congratulou-se com a valorização do investimento feito no Hotel "Magnificatwine", que passou de cinco milhões e meio de euros (5.000.000,00€) para nove milhões (9.000.000,00€) devido aos equipamentos. -----

----- No que concerne ao licenciamento, o processo foi desenvolvido com sucesso e de forma célere. Quanto às acessibilidades, o senhor Presidente da Câmara assumiu que serão realizadas obras para todos os investimentos que se realizem no Concelho. Relativamente à Zona Oficial, deu a conhecer algumas desistências, estando a ser estudada a forma de

reversão, uma vez que o modelo de reversão que consta no Regulamento não possibilita que seja feita pelo Notário Público. Na questão do parque de campismo e caravanismo transmitiu que estão a ter dificuldades porque o local foi registado no Conselho Diretivo dos Baldios da Povia pela Senhora Presidente do Conselho, Dr.ª Ivete Moreiras, sendo apenas resolvido em litígio entre os Conselhos Diretivos. -----

----- O Senhor Presidente terminou a sua intervenção chamando à atenção para a questão do desenvolvimento territorial através do PDM - Plano Diretor Municipal, e da necessidade de alteração sempre que a Assembleia determine em função do investimento, nesse sentido o Senhor Presidente afirma que o país e o Município não pode ter um documento estático durante dez anos, sob pena de não aproveitar as oportunidades de investimento. -----

----- E nada havendo mais a tratar, a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Paula Cristina Morais Guedes Borges, com funções de 1.ª Secretária, que a elaborei. Foi encerrada quando eram 19:50 horas. -----

O Presidente da Assembleia,



José Alberto Moreira Araújo

A 1.ª Secretária,



Paula Cristina Morais Guedes Borges